



8337577



08129.002051/2019-50

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO Nº 01****1. DO RELATÓRIO**

1.1. O presente procedimento licitatório foi instaurado por meio do Processo Administrativo n.º 08129.002051/2019-50, o qual têm o escopo de contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

1.2. O Pregão Eletrônico n.º 04/2019 foi publicado no dia 15 de março de 2019, com a data de abertura do certame marcada para o dia 27 de março de 2019, às 14h:00.

1.3. Desse modo, no dia 20 de março de 2019 às 16h47 min, foi encaminhado, via correspondência eletrônica, o pedido de impugnação 02 ao Edital (8337577).

1.4. Diante disso, passa-se a análise da admissibilidade e, por conseguinte, do mérito da exordial impugnatória.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Com fulcro no artigo 56 da Lei n.º 9784 de 29 de janeiro de 1999, passa-se a verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade da impugnação:

2.2. Da Legitimidade: o artigo 58, inciso IV da Lei n.º 9784/1999 afirma que têm legitimidade para interpor recurso administrativo os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos. Desse modo, atesta-se a legitimidade da exordial impugnatória;

2.3. Da Competência: constata-se que no bojo da petição de impugnação foi observado o endereçamento para autoridade condutora do certame, conforme promana o artigo 56, § 1º da lei do processo administrativo;

2.4. Do Interesse: há o interesse em impugnar o edital, o que constitui o requisito extrínseco do peça inicial;

2.5. Da Motivação: foram devidamente apresentados as razões e fundamentos para o pedido;

2.6. Da Tempestividade: cumpre consignar que o pedido foi apresentado tempestivamente e na forma exigida, nos termos dos artigos 18 e 19 do Decreto nº 5.450/2005.

3. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE:

3.1. Em síntese, alega o impugnante as possíveis incongruências no edital, ocasião em que discorre os seguintes pedidos, *in litteris*, a saber,:

- I - o edital não especifica se todos os bens indicados no quadro contido no item 8.1.4 do Termo de Referência deverão ser removidos/recolhidos ou, se for o caso, quais

(e quantos) deverão ser removidos/recolhidos e quais (e quantos) não deverão ser removidos/recolhidos.

3.2. A Impugnante interpôs o pedido sintetizado por meio dos seguintes fragmentos:

I - Ressalta que tal informação é essencial para a análise da proposta a ser apresentada, uma vez que o serviço de recolhimento/remoção (e consequente serviço posterior de armazenamento) gera custos vultosos e imediatos, que impactam diretamente nas despesas a serem suportadas pelo leiloeiro.

II - Para melhor ilustrar, tem-se que o custo aproximado para a remoção/recolhimento de um veículo médio/leve (capaz de ser transportado em um caminhão plataforma) gira em torno de R\$ 200,00 por veículo, quando transportado para o mesmo Município em que se encontra o bem. Já na remoção/recolhimento para outros Municípios, o custo pode ser de até R\$ 1.000,00 por veículo, dependendo da distância.

III - Tais custos são ainda maiores quando se tratar de recolhimento/remoção de veículos pesados para outros Municípios. Tais custos também se mostram importantes em relação aos demais bens indicados no item 8.1.4 do Termo de Referência.

IV - Logo, a ausência de informações precisas, relativas a remoção/recolhimento e armazenamento de bens, prejudica a participação de interessados no certame, dificultando a análise financeira e técnica na elaboração e apresentação de proposta compatível com o escopo da licitação

3.3. Com efeito, em sede de conclusão, requer o acolhimento dos pedidos presentes na impugnação, com a consequente readequação do Edital.

3.4. Haja vista a necessidade de manifestação da área técnica os autos foram endereçados para o setor demandante, que se pronunciou por meio do Despacho nº 36/2019/CGPP/DPPA/SENAD (8330273), sendo assim consubstanciado:

4. **DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA**

O edital não especifica se todos os bens indicados no quadro contido no item 8.1.4 do Termo de Referência deverão ser removidos/recolhidos ou, se for o caso, quais (e quantos) deverão ser removidos/recolhidos e quais (e quantos) não deverão ser removidos/recolhidos.

4.1. Em resposta, a área técnica alega que o presente procedimento tem como finalidade a contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

4.2. A contratação do serviço em tela objetiva atender às necessidades da pasta para que possa operacionalizar a alienação dos bens apreendidos, nos termos da Lei 11.343/06, e que hoje compõem um estoque de bens que se deterioram em virtude da baixa capacidade de realização das atividades operacionais necessárias a essa finalidade. Por esse cenário, o serviço que se pretende contratar corresponde à responsabilidade do contratado pelo transporte dos bens e, quando necessário, sua carga, do local de ocorrência até o respectivo local de depósito ou destino, utilizando-se de veículo, ferramentas e pessoal próprios, abrangendo a dos bens guarda, até a correspondente liberação ou destinação, conforme o caso.

4.3. Esta previsão está contemplada no item 5 do Termo de Referência - Anexo I do Edital, conforme segue abaixo:

"5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 A contratação deve abranger os serviços de recolhimento, depósito, guarda e organização de leilões públicos por meio de leiloeiro oficial, de veículos e bens

apreendidos, compreendidas as atividades de pós-venda, em que são realizados todos os trâmites necessários para a regularização dos bens alienados.

5.1. 2 Distinguem-se os serviços de recolhimento, depósito, guarda e organização de leilão público de veículos e outros bens, entendidos para os devidos fins aplicáveis a este instrumento, nos termos a seguir descritos:

5.1.2.1 Da Remoção: a retirada e o deslocamento do bem do local em que se encontra para o local em que ficará depositado.

5.1.2.2 Da Guarda: vigilância exercida sobre os bens no lugar em que estará depositado, objetivando-se a preservação de seus caracteres, peças e acessórios, até sua destinação final.

5.1.2.3 Do Depósito: consiste na colocação do bem em local adequado, nos termos exigidos pelo Edital.

5.1.2.4 Da organização de leilões públicos de bens: suporte técnico e operacional às atividades necessárias para organização de leilões públicos, atividades estas que antecedem e sucedem a realização da hasta pública, da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes, no caso de veículos.

5.1.3 Os serviços deverão ser executados em toda a área geográfica da região prevista no item de contratação.

5.1.4 O participante deverá dispor de estrutura para remoção, guarda e leilão dos bens, além de qualificação técnica mínima para a consecução das atividades licitadas (...)"

4.4. Cumpre salientar que as atividades de antecedem e sucedem à venda dos bens foram atribuídas como obrigações para o leiloeiro a ser contrato, por haver entendimento de serem atividades assessorias e correlatas para o alcance da finalidade da contratação, de forma otimizada. Ao se licitar conjuntamente essas atividades, evita-se possíveis distorções para a realização do leilão, como: divergências sobre os valores dos bens que irão compor os lotes e dificuldades para conjugar a logística de transporte, armazenagem e destinação, caso de mais de um profissional envolvido. Ainda, foi analisado a responsabilidade sobre os bens, que no presente modelo ficará unicamente com o leiloeiro durante todas as etapas o que facilita o desenvolvimento das ações permitindo maior controle.

5. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

5.1. Após a avaliação da Equipe Técnica, dos fatos supostamente impugnáveis em questão, preservando o princípio da isonomia e estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, deverão ser mantidas as condições já preestabelecidas, considerando improcedente o pedido de impugnação ora apresentado.

5.2. No que pertine à **não especificação/definição de todos os bens indicados no quadro contido no item 8.1.4 do Termo de Referência**, salienta-se que a contratação almejada foi definida, inclusive, sob o regime de execução por empreitada por preço unitário, uma vez que possível comissão será devida após realização de cada leilão, não sendo possível mensurar a quantidade de leilões, tampouco o resultado para a execução do contrato.

(...) quando não houver meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado, a Administração adotará o regime de empreitada por preço unitário. Nesse caso, será estabelecido um padrão ou uma unidade de medida para fins de aferição do valor a ser pago ao contratado, o que será feito após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.

Acórdão nº 2432/2016 - Plenário TCU

A empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados; enquanto a empreitada por preço unitário deve ser preferida para objetos que, por sua natureza, não permitam a precisa indicação dos quantitativos orçamentários.

Acórdão nº 1516/2016 - Plenário TCU

A contratação sob o regime de preços unitários vincula a remuneração do contratado às quantidades de serviço efetivamente executadas

5.3. Nessa toada, no que concerne às informações relevantes para o dimensionamento da proposta (item 8, 8187329), observa-se que a área técnica consigna ser a quantidade estimada de bens a serem alienados referencial, "não estando a contratante, contudo, obrigada a cumpri-la, podendo variar de acordo com a conveniência, oportunidade e necessidade".

5.4. Aliás, sobre a possibilidade de alocação de riscos na dinâmica do contrato administrativo, é relevante o escólio de Ronny Charles Lopes de Torres [2] :

Noutro diapasão, entendemos que o contrato administrativo pode ser um instrumento de alocação de riscos, inclusive em relação à área extraordinária, para ganho de eficiência econômica, na relação contratual. Assim, por exemplo, é possível que determinado risco, relacionado a caso fortuito, seja previsto contratualmente como responsabilidade do contratado (o qual poderá utilizar instrumentos, como seguros, para cobrir tal risco). Nesta hipótese, ocorrendo o evento, não haverá direito a reequilíbrio econômico (já que apenas o caso fortuito extracontratual gera, necessariamente, reequilíbrio econômico).

5.5. Destarte, constata-se que todos os pontos impugnados pela licitante foram devidamente respondidos pela área demandante e, em sendo assim, atesta-se que não existem quaisquer ilegalidades ou óbices que maculem o prosseguimento do procedimento licitatório.

5.6. Em face desses argumentos, passa-se a decisão.

6. DA DECISÃO

6.1. Diante do exposto, **CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO**, uma vez que presente os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, subsidiado pela área técnica demandante, com lastro nos posicionamentos levantados, **NEGO PROVIMENTO**, decidindo pela **IMPROCEDÊNCIA** dos Pedidos de Impugnação 02 ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 04/2019 interpostos por **Helcio Kronberg**.

6.2. Cumpre informar que o Pedido de Impugnação (8329758), o Despacho n.º 36/2019/CGPP/DPPA/SENAD (8330273) e os demais documentos necessários para embasamento da tomada de decisão restam juntados ao processo eletrônico (SEI) com as devidas rubricas.

É a decisão.

EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, Pregoeiro(a)**, em 21/03/2019, às 16:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8337577** e o código CRC **DB6C3493**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.